

---

# terra roxa

## e outras terras

Revista de Estudos Literários

---

### A CIDADE DETERIORADA: DISTOPIA LITERÁRIA E ECOLOGIA NA FICÇÃO DE IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO

Antonio de Pádua Dias da Silva (UEPG)\*

RESUMO: O objetivo deste texto é problematizar a construção do espaço urbano, contrapondo-o à realidade aparente do fim do século 20, na narrativa *Não verás país nenhum* (1981), de Ignácio de Loyola Brandão. Adota-se a perspectiva interpretativa da distopia literária, a partir de Levitas (1990) e Cavalcanti (2006), e da ecocrítica, baseada em Guatarri (1989) e Garrard (2006). Parte-se do pressuposto de que o espaço urbano literário, por apresentar uma cidade bastante negativa do ponto de vista social – considerando-se a realidade aparente –, configura-se uma distopia, apontando para uma cidade que exige de seus moradores cuidados maiores com o habitat ou com a ecologia.

PALAVRAS-CHAVES: Literatura; Cidade; Distopia; Ecocrítica.

#### A CIDADE HABITADA: APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A noção de simulacro, no campo das artes, e mais precisamente quando utilizada na área midiática, reveste-se de um aspecto semântico positivo porque ludibria o leitor, e este se convence de que a realidade fingida, mimética, imaginada ou simulada é mais atraente do que a realidade aparente, empírica, onde existe e atua como sujeito. Essa é uma idéia que ainda atravessa o pensamento de muitos sujeitos que pensam e vivem nas sociedades da alta modernidade (Giddens 1990), principalmente daqueles que têm a consciência de que uma nova era político-econômica está em vigor – o capitalismo tecnológico (Kellner 2001) –, desde que as tecnologias da informática e da informação invadiram o cotidiano de sociedades superdesenvolvidas, exigindo delas outros mecanismos de manutenção de ordem e recolocação de sujeitos nos espaços sociais urbanos.

O objetivo deste ensaio é problematizar a representação literária do espaço urbano ou da cidade na ficção *Não verás país nenhum* (1981), de Ignácio de Loyola Brandão.

---

\* magister.padua@hotmail.com

Parto da idéia de que a noção de simulacro ou de cidade imaginada na obra em pauta não corrobora o ideal utópico que alimenta muitos discursos na literatura de ficção, no cinema, na televisão e em outras mídias, sejam elas de massa ou não. Trabalho com a hipótese de que a narrativa em foco não constitui um texto de base utópica: constitui uma escrita fundada sobre pressupostos de orientação distópica, porque condiciona a existência dos sujeitos humanos, representados pelas personagens, a uma contínua manifestação de insatisfação pessoal e coletiva, e da luta pela sobrevivência numa cidade injusta e degradada, do ponto de vista ecológico, cujo traço mais marcante é o sujeitamento das personagens ao sistema político totalitário.

Aproprio-me do conceito de distopia trabalhado por Levitas (1990), Cavalcanti (2003) e Moylan (1992) para relacioná-lo, filosófica e estruturalmente, aos conceitos de ecocrítica, segundo pensamento desenvolvido por Garrard (2006), e de ecosofia, de Guatari (1989). Parto desses princípios teórico-conceituais porque os considero importantes para a apresentação da situação-problema da discussão: o fato de a cidade habitada ser a porta-de-entrada da discussão, uma vez que somos como leitores, levados diretamente ao cenário onde as ações das personagens movem toda a fábula do romance em análise.

De acordo com Levitas (1990: 4), o termo *utopia* encerra em sua base três aspectos semânticos, ou seja, pode-se entendê-lo como um *conteúdo*, como uma *forma* ou como uma *função*. Não é nosso intuito discutir cada aspecto apresentado pela teórica, daí partimos para o que mais se coaduna com a noção que entendemos em NVPN, a saber, utopia como *forma*, fato cujo entendimento resulta trabalhá-lo como um subgênero literário, ao lado da *dystopia*, da anti-utopia, da *eutopia*. Ao utilizar o conceito de utopia como um subgênero literário, ela o discute à luz de sua variante mais próxima, a *dystopia*, termo que não se opõe ao primeiro, mas sobrevive simbioticamente em função dele, daí o caráter ambíguo de que se envolve esse conceito, pois

The relationship between utopian and dystopian writing in the first half of the twentieth century; these forms are not fundamentally opposed but mutually dependent. Dystopia (or anti-utopia) represents the fear of what the future may hold if we do not act to avert catastrophe, whereas utopia encapsulates the hope of what might be. (Levitas 1990: 165)

A partir desse simples indício do que pode ser a distopia literária, conforme apresenta Levitas (1990: 165), é possível visualizar uma literatura ou um subgênero literário baseado em pressupostos humanitários, justos, de equidade entre os sujeitos e seres (a utopia), como assim procederam Aristóteles, Thomas Moore, Francis Bacon, quando imaginaram comunidades política e economicamente justas para os seus membros; como também é possível pensar a distopia literária como um subgênero que não se distancia da utopia, mas acirra a relação entre os seus personagens representados, envolvendo-os num clima social em que o futuro se torna ameaçador, porque imprevisível. Nas distopias literárias, as relações sociais entre os sujeitos não são amenizadas, não são tratadas à luz da justiça, mas abordadas do ponto de vista

que pode transparecer mais injusto do que o que ocorre na realidade aparente, uma vez que castram as esperanças de seus sujeitos, tornando-os meros acomodados às situações em que se vêem como impotentes, pois “Dystopia, rather anti-utopia, is used for negative images”, de acordo com Sargent citado por Levitas (1990: 167).

O espaço urbano de NVPN é exibido ao leitor não em processo de desordenamento, de construção ou de uma outra lógica que não seja a de apresentar diretamente os conflitos pelos quais as personagens estão passando, relacionados à degradação do ambiente natural da cidade de São Paulo. As tensões sociais e pessoais se dão em função da falta de liberdade dos sujeitos porque o “Sistema”, mantido pelos “Civiltares” e “Militecnos”, é o detentor de todos os “aparelhos ideológicos do estado” e os usa para dominar os que ainda sobrevivem nos escombros da cidade e os que são “empurrados” diuturnamente para as “marquises”, enormes toldos de concreto armados para amenizar a ação do sol (efeito estufa) sobre os sobreviventes da situação.

Tão logo se inicia a leitura, deparamos com a situação real das personagens lá envolvidas: a cidade está degradada e em constante processo de degradação ambiental, arquitetural, humanística, política e econômica. A sobrevivência dos sujeitos representados é o cerne da questão em que se centra o narrador do romance, uma vez que os problemas dos cidadãos desse mundo fantasmagórico são resolvidos à luz de uma política extremamente injusta, praticada pelos que detêm o poder político – os militecnos e os civiltares, a serviço do Sistema –, sujeitos de atitudes ameaçadoras, que procuram desfilar sobre o chão dos escombros da cidade o poder ostentado em nome da manutenção de uma ordem favorável apenas aos que fazem parte do “esquema”. Os demais sujeitos são conduzidos a “monturos” humanos cujo objetivo é higienizar a cidade futurística, deixando que seus membros encontrem a morte e poupem o remanescente natural e factício dos alimentos e da água, principal fonte dos problemas abordados em NVPN, por causa de sua escassez.

#### **A CIDADE DESESTRUTURADA: A PROBLEMATIZAÇÃO DO PROBLEMA**

A narrativa em estudo, por “criticar hiperbolicamente o ultraje da sobrevivência do dia presente”, no dizer de Silverman (2000: 343), configura-se um “romance da sátira política surrealista”. A base conceitual que funda esse romance é, no dizer do crítico, a postura político-ideológica adotada pelo escritor que incorpora, à sua escrita, idéias que rastreiam as injustiças sociais da realidade aparente e as formula, do ponto de vista estético, numa outra realidade saturada de elementos futurísticos e violadores da ordenação linear dos fatos da realidade empírica. Essa característica denota o valor surreal da obra e da fábula, principalmente desta, quando situa o problema da São Paulo atual (à época em que a obra foi lançada, que continua atualizada nos problemas descritos no texto literário) numa relação entre arte, utopia e realidade, exigindo do leitor do romance uma interpretação além dos limites da realidade aparente.

A postura político-ideológica ou crítico-satírica, neste caso, corrobora o subgênero literário distópico que, no dizer de Cavalcanti (2006: 72), caracteriza esse texto, uma vez que “nas narrativas distópicas geralmente observamos esta estratégia de recorte e colagem de textos histórico-culturais centrados em imagens de violência e/ou devastação, tendendo ao exagero e, conseqüentemente, à sátira”. É a reciclagem dos fenômenos da realidade aparente, pelo escritor, que determina uma “hiperealidade” ou uma hipérbole como base da construção de uma comunidade imaginada, seja do ponto de vista positivo ou negativo, como requerem os critérios que guiam as narrativas de base utópica.

O fator surreal seria, por essa análise, o desencadeador da problematização do problema que enfrentam os habitantes dessa cidade representada. Santos (2005), em estudo sobre a obra em pauta, aponta o desequilíbrio ecológico da cidade representada em NVPN a partir da escassez de água potável. A situação degradante é dominada pelos detentores do poder, que se apoderam do contexto negativo e agem em favor de si ou dos que “se locupletaram”, ou seja, dos que têm o poder de vida e de morte na cidade deteriorada também, e sobretudo, pela falta de água:

Toda escassez de água a que se refere a narrativa não se configura em um ponto negativo para a lógica do Esquema; ao contrário, era grande orgulho desse Sistema mostrar ao mundo em que se haviam transformado as grandes florestas brasileiras. Como a Floresta Amazônica se transformou em um grande deserto, tudo estava seco, fato que pode ser correlacionado à experiência pela qual estamos passando agora frente à degradação ambiental em todo o planeta, especificamente o Brasil, paisagem mundial de modelo de possível preservação de ambiente natural que pode vir a ser uma espécie de paliativo para grandes males por que a humanidade provavelmente passaria. (Santos 2005: 41)

Torna-se interessante observar que não é apenas a escassez de água que torna a cidade de São Paulo, representada na ficção de Loyola Brandão, um motivo literário a ser estudado. Pelo contrário, mais do que o simples assunto, o escritor se debruça sobre a construção de uma cidade ambientada num tempo futuro, onde as formas de sobrevivência de seus moradores dependem dos fatores ecológico (água potável e alimento natural) e político (senhas de acesso a esses bens materiais de sobrevivência dos membros da comunidade), dentre outros. O caminho estético encontrado pelo autor para discutir a problemática foi montar imagens de sobreviventes desses escombros, implorando gotas de água, sobrevivendo de urina reciclada (como em filmes futurísticos de extremo “terror”), de alimento artificial, cujos cheiros, aromas, cores, formatos e consistências são, todos, factícios. Daí a problematização do problema, conforme entendemos: um mundo que sobrevive sobre escórias de desejos cuja “topografia que se nos apresenta é de pós-catástrofe, um traço comum nas narrativas distópicas” (Cavalcanti 2006: 70).

O situar o leitor no novelo que move a fábula dessa narrativa diz respeito diretamente à ecocrítica, pois tratar de assuntos relacionados à degradação ambiental nas culturas ocidentais tem sido motivo de estudos desse aporte teórico-crítico, cujos

pensadores traçam idéias que visam a uma melhor ambientação ecológica do lugar de cada um no planeta. Essa consciência ecosófica, no dizer de Guatari (1989), ou ecocrítica, como entende Garrard (2006), pode ser deslumbrada, visualizada e estudada a partir de críticas literárias, tomando-se como material de análise as pontes estéticas que a literatura estabelece entre a realidade vivida e a realidade representada, principalmente em se tratando de motivos ecológicos. Refletindo sobre esse aspecto, Garrard (2006: 13) assim se posiciona: “É bem possível que as estratégias retóricas, o uso da pastoral e de imagens apocalípticas e as alusões literárias [...] sejam passíveis de uma análise mais ‘literária’ ou ‘cultural’. É a essa análise que chamaremos ‘ecocrítica’”.

A visualização da imagem apocalíptica com suas cidades destruídas, sujeitos semi-vivos perambulando pelas ruas, um governo que busca alcançar a paz e o bem-comum para seus membros, os escombros ou ruínas de uma “civilização” rejeitada pela natureza: essa é a grande narrativa contemporânea que anuncia um futuro como num “oráculo literário”. A natureza representada nesta literatura é aquela que sempre esteve sendo violada em seus códigos naturais por aqueles que sofrem, no tempo a que a narrativa faz referência, as conseqüências da agressão exagerada, do desmatamento, da má gestão dos recursos naturais em nome da construção de grandes centros urbanos que atendem quase exclusivamente aos interesses dos estratos sociais mais favorecidos.

Justifica-se, então, a abordagem dessa leitura pelo viés ecocrítico, porque a literatura de ficção é, hoje, um forte instrumento de reflexão dos papéis das sociedades contemporâneas sobre o seu presente e futuro próximo, uma vez que o habitat humano está em constante degradação e revitalização; também porque as sociedades sustentadas por economias capitalistas, estruturadas sob o véu da tecnocracia, têm investido duramente na construção de espaços físicos ainda pouco afeitos ao bem-estar humano naquilo que diz respeito aos elementos da natureza. A lógica que parece mover a utopia dessas sociedades é a degradação do ambiente natural e a refacção dele, à luz de instrumentos, materiais e idéias inovadoras e capazes de situar o sujeito humano numa estrutura social extremamente factícia.

A escassez de água, nessa narrativa, parece ser o elemento central da tensão fabular. Como o mundo representado acirra as diferenças entre a realidade aparente e a realidade criada, percebe-se claramente a alusão ao romance distópico, pois conforme entendo, segundo referências de Levitas (1990), Cavalcanti (2003) e Moylan (1992), a distopia literária se caracteriza justamente por desenvolver um projeto literário cuja base de representação aciona mecanismos de poder material e simbólico que alocam os sujeitos humanos em relações de extrema negatividade, interpretados “ao rés do chão”, diferenciando-se das narrativas utópicas naquilo que estas têm de apresentação de um mundo/sociedade melhor: a distopia literária confere às suas personagens um lugar num mundo “piorado” em relação à realidade aparente, sem saídas ou utopias positivas, sem possibilidades de sonhos para o dia seguinte, sem respostas para as angústias inaugurais daqueles que passam a experienciar o limiar de uma sociedade tecnocrata, injusta com a cultura e com a natureza, priorizando

princípios isolados de sobrevivência em detrimento do apoio coletivo à manutenção dos membros sociais, estratégias essas desenvolvidas ou postas em prática por governos totalitários e ditatoriais (Erickson & Erickson 2006).

### **A CIDADE DESUMANIZADA: AS RESULTANTES DO PROBLEMA**

A degradação da natureza em NVPN impele seus sistemas naturais a esgotar as possibilidades de bem-servir aos seus usuários, tornando a realidade das personagens uma “zona de perigo” porque as relações intersubjetivas passam a adquirir novas feições, baseadas na desumanização dos sujeitos que lutam por se manterem vivos numa estrutura que pouco viabiliza força e potencial capazes de efetivamente movimentar sujeitos para uma luta eficaz. As relações humanas degradadas chegam a tal ponto de, fisicamente, as pessoas (personagens) serem afetadas, mostrando-se doentes, faltosas, formando, assim, uma paisagem humana decadente, afetada por males oriundos da devastação natural de seu meio, provocada pelo homem:

Havia uma escola no playground. Fechou por falta de meninos. Cada prédio tinha a sua, obrigatória, para que as crianças ficassem protegidas, não precisassem sair, misturar-se aos desconhecidos que se engavetam nas ruas. Isso foi antes que se organizasse e controlasse a circulação. Antes da esterilização.

Os corredores sombrios, a sujeira, a vida fechada em apartamento fechado, o medo da rua, o calor asfixiante [...] Arrepiava-se toda ao ver o meio-anão de pele escura como coca-cola [...] Que se internasse o garoto. Com o tempo, descobriu-se que havia outros meninos semelhantes no bairro. E eram muitos. Os pais dos deficientes se reuniram. Fato raro, uma vez que as pessoas mal se comunicavam, não saíam de casa [...] Nessa reunião, constataram que eram dezenas de crianças nascidas na mesma época. Todas com problemas. Cabeça grande, surdez, falta de braços ou pernas, cegos, mudos, colorações estranhas na pele, pigmentação, problemas de fígado, intestinos, rins, genitais atrofiados. Lábios leporinos, artroses. (Brandão 1981)

Este é o cenário distópico da cidade de São Paulo representada nessa narrativa. A paisagem negativa aterroriza o leitor que se depara com a visão degradada de sociedade ali construída. É evidente que os vários problemas apresentados e/ou descritos fazem parte do dia-a-dia dos vários estratos sociais que compõem as sociedades de hoje. Todavia, longe de estabelecer “notas apocalípticas” com sugestões ou redirecionamentos de problemas, com intuitos de uma melhoria no sistema que abriga as populações, a narrativa aponta para a fabulação de um enredo cujo cerne é o ambiente deteriorado, sem nenhuma perspectiva coletiva; funciona como uma espécie de prenúncio daquilo que é temido por todos os que hoje entram em contato com idéias tecnocratas, a saber, a devastação ambiental, o desmatamento, a poluição e assoreamento das nascentes de água, a proliferação de lixo nas ruas, e o efeito estufa que atinge diretamente os grandes centros urbanos com os seus maus sistemas

de escoamento de águas, fenômeno que provoca o não acúmulo desse líquido nos lençóis freáticos, tornando o mundo complexamente inabitável.

É evidente que as doenças a que se faz referência no trecho transcrito não podem ser encaradas como uma “fotografia” de nossa realidade; mas é uma espécie de metáfora surrealista para determinadas políticas públicas de governos que não priorizam também, em seus manifestos ou programas de governo, o cuidado com o meio ambiente, ainda fonte de manutenção da vida dos sujeitos, principalmente dos habitantes de cidades localizadas em países que não desenvolveram tecnologias simuladoras da vida, que ambientam os seus sujeitos numa lógica factícia, mas de aproveitamento “sustentável da natureza” para a sobrevivência do ser.

Para haver melhoria de vida entre os componentes das comunidades ou sociedades contemporâneas (como sempre aconteceu) é necessário saber lidar com a sustentabilidade estável da natureza, uma vez que o planeta hoje vive um momento crítico em sua história, pois nunca as paisagens naturais, fontes de vida na terra, foram tão brutalmente agredidas pelos novos modos de vida, pelas políticas econômicas de governos. Sabe-se que está contido nos objetivos de políticas governamentais o domínio das culturas menores (sejam elas internas ou externas), nem que para isso as cidades ou grandes centros urbanos sejam construídos concomitantemente à poluição dos rios, à morte de nascentes aquáticas, a extinção de espécie por queimadas, pela liberação de esgoto industrial na natureza que margeia conglomerados urbanos como a cidade de São Paulo (seja na realidade aparente ou representada, conforme vimos em NVPN). Uma das estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos que mantêm o poder nos grandes centros urbanos é o investimento nas ciências, principalmente nas engenharias de alimento, hidroelétricas, hipotermias, físicas, biológicas e espaciais.

Alimento artificial, bem como cheiros, aromas, consistências, formas são vendidas há bastante tempo. A vida artificial, a genética e seus resultados, a mecanização do trabalho, a robotização das funções, a ciborguização dos sujeitos, a plasticidade e liquidez dos afetos (Bauman 2004; 2007): tudo isso já é vivenciado pelos sujeitos das sociedades de hoje. Mas não em escala tão aterrorizante como a hiperealidade de NVPN. Daí entender que as imagens a que o romance faz referência são prognósticos hipotéticos sobre problemas reais vividos pelos que habitam hoje nas sociedades ocidentais. A literatura, por esta perspectiva, chama a atenção do leitor para um melhor olhar sobre o meio ambiente em que se situa, pois estar vivo é motivo para questionar as estruturas político-econômicas que sustentam o Estado, que mantêm as cidades e todas as suas necessidades. A ficção, então, funciona, do ponto de vista artístico-ideológico, como discurso questionador e problematizador de questões de suma importância para a sobrevivência do homem na terra.

Essa capacidade da ficção, especificamente do romance, de ser veículo condutor de idéias inquiridoras de interesses político-econômicos das sociedades representadas remonta às idéias da sociologia do romance, quando se mostra preocupada com o futuro da sociedade dos homens, especificamente com as relações de poder estabelecidas entre os estratos sociais. No caso de NVPN, a preocupação se dá com as

questões envolvendo o futuro das sociedades urbanas e suas relações com a biosfera, seus fatores climáticos e ambientais, que, se preservados conscientemente, promovem um bem-estar aos seus habitantes, livrando-os dos males ocasionados pelo mau gerenciamento da natureza, pela agressão aos elementos naturais, fundamentais à sobrevivência dos seres no Planeta, mais precisamente àqueles que habitam espaços urbanos construídos sobre pilares de concreto, metal, vidro e argamassa.

### **A CIDADE REMANESCENTE: NOTAS PARA UMA UTOPIA**

A representação literária, por tornar o tecido lingüístico atravessado de elementos constituintes da realidade (Gebauer & Wulf 2004), freia a leitura daquele que entra em contato com um texto/narrativa de igual porte a NVPN. O motivo da visada diz respeito diretamente ao tipo de construção fabular não comum ou pouco desenvolvida pela tradição literária brasileira: estamos diante de uma narrativa que se vincula diretamente à vertente *scientific fiction* ou, segundo a crítica aqui utilizada para iluminar a leitura que ora proponho, temos especificamente uma distopia futurista, baseando-se não apenas no novelo estrutural do texto, mas também e, sobretudo, no conteúdo abordado, certo de que, para qualquer leitor atento, NVPN corresponde àquilo que Campello (2003) já havia apontado, a saber, a cidade de São Paulo representada na narrativa constitui um submundo mantido pela corrupção e suborno em cujo espaço, para que haja sobrevivência dos menos favorecidos ou marginais, o acesso ao consumo da água potável – bem maior pelo qual todos lutam para que sobrevivam – só é possível através de um mercado negro sustentado pelo Esquema corrupto, representação maior da condição de governabilidade da cidade representada.

A degradação ambiental do espaço urbano de São Paulo metaforizado nesta ficção é um elemento fundante da abordagem crítica apontada pelo autor da obra, que chama a atenção de leitores para problemas humanos e sociais de várias ordens, canalizando todo um potencial lingüístico de que é feita a obra para a “conscientização” de uma causa que é manchete de jornais em todo o planeta, há várias décadas. Não se trata apenas da degradação ambiental, dos efeitos colaterais pelo mau trato da natureza. O texto de Ignácio de Loyola Brandão recupera nessa escrita específica aquilo que já foi denominado de *monkeywrenching*, *ecotage* ou, na tradução brasileira, *ecoterrorismo*, característica que certas narrativas têm de, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, representar sujeitos/personagens destituídos de esperança em um futuro melhor. A distopia literária, então, através do filtro social captado pelo/a autor/a investe numa escrita estritamente “terrificante” como forma de revelar determinadas nuances de males que atingem o mundo.

NVPN, por esse ângulo, reforça uma base criadora e crítica bem presente na história do pensamento brasileiro: a preocupação que certos seguimentos da cultura brasileira têm com o “engajamento” político-ideológico de determinadas literaturas em viabilizar o exercício da busca pela melhoria do dia seguinte, baseando-se em



pressupostos sociais que entendem a literatura como também objeto de grande participação no processo de formação e informação dos seus leitores, atribuindo, assim, uma função à literatura, retirando-a, ao menos momentaneamente, do esquema que a prevê apenas como *arte pela arte*.

A base ecocrítica que aponto na narrativa se centra basicamente em imagens reveladoras não apenas da preocupação com o ambiente ecológico, mais também com o sujeito humano envolvido no ecossistema mal gerenciado. Uma vez que os problemas fulcrais da narrativa em foco são percebidos tanto do ponto de vista do interesse coletivo quanto individual, posso afirmar que a temática da obra remonta idéias já apresentadas e/ou propostas como caminho teórico-crítico de investigação de fenômenos similares, a saber, a *shallow ecology* e a *deep ecology* que, no entender de Arne Naess, entende o primeiro como uma ecologia superficial, preocupada com os interesses humanos ou mais gerais das populações em seus respectivos meios ecológicos; já o segundo é visto diferentemente do anterior, uma vez, como uma ecologia profunda, preocupa-se com questões de ordem mais pessoal ou que dizem respeito diretamente ao *Self*.

Dessa forma, a narrativa de Ignácio de Loyola Brandão aqui em foco faz dialogar essas duas vertentes da “ecocrítica”, apontando para a preocupação autoral naquilo que concerne aos horríveis danos ambientais que colocariam em risco toda uma cidade como São Paulo, representada na fábula. Embora o lado feio da vida seja uma das notas pela qual a narrativa é regida, não podemos esquecer que textos dessa natureza, por seu caráter distópico, questionam o lugar presente e fazem os sujeitos avançarem no tempo como forma de perceberem o quanto o espaço citadino, uma vez sendo conduzido da forma como o autor sente, filtra e reformula o real, trará prejuízos e lamentações para os seus habitantes. O espaço em foco assemelha-se, então, às paisagens apocalípticas em que apenas restos de gentes e de civilizações são o remanescente em busca de uma outra utopia capaz de ser sonhada, desejada, reformulada e posta em prática.

A idéia do *elsewhere* ou não-lugar, conforme estudo de Cavalcanti (1999), aponta para a esperança implícita no campo semântico dos termos utopia e eutopia, conforme Moylan (1992). Segundo este crítico, o termo distopia é dual ou ambíguo porque funde em si tanto o aspecto da busca por dias e lugares melhores (implícita no “prefixo” *u*, quando agregado a *topia*, significando *nenhum lugar* e *bom lugar*, aspecto que pode ser lido no “prefixo” *eu* de *eutopia*, equivalente ao termo *dystopia*). Entre o *nenhum lugar* e o *bom lugar*, a possibilidade de recuperação de um estágio político-ideológico revisitado à luz da paródia, no dizer de Hutcheon (1991), que interpreta muito da produção literária pós-moderna como sendo narrativas em cujas bases assentam-se as *paródias políticas*: visadas sobre determinados regimes políticos que são questionados sob o manto da metáfora, da linguagem conotativa e, portanto, apenas inventada, mas que traz em seus alicerces o “gosto pela derrocada de situações políticas negativas”, como observa Silverman (2000).

Assim, para concluir esse ensaio, chamo a atenção do leitor para o fato de não ser apenas na narrativa de ficção, e somente deste autor, o veículo que aborda a questão

aqui trazida à tona. Pelo contrário, o recorte do espaço urbano e de seus habitantes sofrendo por causa de questões relacionadas ao mau gerenciamento da natureza é fato comum no dia-a-dia do brasileiro, especificamente dos habitantes de grandes centros urbanos cujas paisagens naturais são transformadas em nome da cultura citadina, e esta, posteriormente, recebe da própria natureza agredida os efeitos pelo não zelo, pelo não comprometimento ou pela forma inadequada de proporcionar aos sujeitos humanos ambientes confortáveis e saudáveis, fazendo dialogar natureza e cultura, esta sendo redimensionada no espaço daquela.

Como os ambientes naturais sofrem imediatamente a agressão dos “engenheiros civis” e de suas construções que desconsideram o tratamento da natureza, esta, por ser força e parte de uma lógica física, reflete nos moradores de grandes centros urbanos como a São Paulo representada os efeitos colaterais de sua agressão. O problema da escassez de água ainda continua sendo um grande mal que atinge tanto a cidade representada como a própria São Paulo real. É evidente que o sistema político representado na obra diz respeito a uma outra época pela qual o Brasil passou. Aqui tomo este período político – década de 1960 – apenas como pano de fundo para a construção metafórica ou estético-literária do sonho pela água potável natural, uma vez que ela existe, na ficção, apenas como factícia, artificial ou reutilizada através de sistema de reciclagem de urina.

Se assim podemos entender, estamos, sim, diante de uma narrativa distópica que exige de seus leitores mais do que tempo para entretenimento: ela questiona o lugar de cada um na sociedade em que estamos, projetando em nossos espaços de leitura os problemas reais enfrentados por grande parcela da população: a falta de água potável nas grandes cidades. Trabalhar o espaço urbano a partir de sua localização nas estruturas naturais é um caminho a ser seguido por aqueles que se preocupam não apenas em construir espaços artificiais para o desenvolvimento humano: é necessário apostar no contato do homem com a natureza, na educação deste para com os recursos naturais para, posteriormente, não ter o seu sentido de vida violado pelo mau gerenciamento das plataformas naturais de que necessitamos para a sobrevivência e o bem-estar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Não verás país nenhum*. 24. ed. São Paulo: Global, 2001.

CAMPELLO, Eliane. “A visão distópica de Atwood na literatura e no cinema.” *Interfaces Brasil/Canadá* (Belo Horizonte) 1.3 (2003): 1-14.

CAVALCANTI, Ildney. *Articulating the elsewhere: utopia in contemporary feminist dystopias*. 1999. Tese, University of Strathclyde, Glasgow, Escócia.

\_\_\_\_\_. “Feminismo, literatura e utopia: reflexões sobre uma “fotografia”.: *Leitura* (Maceió) 32 (jun/dez 2003): 29-44.

\_\_\_\_\_. “*Oryx an Crake*: restos de natureza e de cultura na distopia (quase) pós-humana de Margareth Atwood.” Alfredo Cordiviola, Derivaldo dos Santos e Ildney Cavalcanti, orgs. *Fábulas da iminência: ensaios sobre literatura e utopia*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras/UFPE, 2006. 41-56.

ERICKSON, Glen & Sandra Erickson. As imagens da utopia: tropos, metáforas, fantasias. Alfredo Cordiviola, Derivaldo dos Santos e Ildney Cavalcanti, orgs. *Fábulas da iminência: ensaios sobre literatura e utopia*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras/UFPE, 2006. 15-32.

GARRARD, Greg. *Ecocrítica*. Brasília: Editora Universitária/UnB, 2006.

GEBAUER, Günter & Christoph Wulf. *Mimese na cultura*. São Paulo: Annablume, 2004.

GUATARI, Félix. *Les trois écologies*. Paris: Galilée, 1989.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KELLNER, Douglas. “Como mapear o presente a partir do futuro: de Baudrillard ao cyberpunk.” *A cultura da mídia*. Bauru: EDUSC, 2001. 377-412.

LEVITAS, Ruth. *The concept of utopia*. Hempstead: Philip Allan, 1990.

MOYLAN, Tom. “Utopia and postmodernity: six thesis.” Jeanne Randolph, org. *The city within*. Banff: Banff Centre for the Arts, 1992. 3-14.

SANTOS, Luciana Novais dos. *Não verás país nenhum: o itinerário do protagonista na ficção de Ignácio de Loyola Brandão*. Diss., Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Universidade Federal de Alagoas, 2005.

SILVERMAN, Malcom. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DETERIORATED CITY: LITERARY DYSTOPIA AND ECOLOGY IN THE FICTION BY IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO

ABSTRACT: The objective of the essay is to discuss the building of the urban space by comparing it to apparent reality of the end of twentieth century, in the novel *Não verás país nenhum* (1981), by Ignácio de Loyola Brandão. The theoretical perspective adopted is the literary dystopia by Levitas (1990) and Cavalcanti (2006), and of the ecocriticism, developed by Garrard (2006) and Guatarri (1989). I believe that the literary urban space presenting a sociably negative city may be considered a dystopia, for forcing her citizens to show a higher awareness with the habitat and the ecology.

KEYWORDS: Literature; City; Dystopia; Ecocriticism.